

COMO SE FORMA A IDENTIDADE DOS GRUPOS

Edmund Marc Lipiansky

Prof. Universidade Paris X Nanterre

In L'Identité, L'individu, le groupe, la société

Éditions Sciences Humaines. Auxerre, Paris 1998

Tradução: Prof. Jamil Zugueib Neto-depto. Psicologia- UFPR

A identidade do individuo é em parte construída por seus grupos de pertinência. Mas como os grupos constróem sua própria identidade?

O sociólogo americano George H. Mead foi um dos primeiros a colocar que a consciência de si não é uma pura produção individual, mas sim, de um conjunto de interações sociais nas quais o individuo está implicado. Segundo êle cada um percebe sua identidade adotando o ponto de vista dos outros e do grupo social ao qual êle pertence. O sentimento d'identidade não é um dado à priori da consciência individual, mas o resultado de um processo de socialização que intervém durante toda a infância. A aquisição da linguagem leva a criança antes de tudo a se designar a si mesmo pelo seu nome e depois dizer “eu”. A prática dos jogos lhe ensina a desenvolver e assumir papéis, a endossar identidades já prontas. São as normas inculcadas pela família, a escola e os grupos de amigos que constituem os valores de cada um.

O psicanalista e antropólogo americano Erik Erikson desenvolveu uma perspectiva comparável, demonstrando que a identidade pessoal nasce da interação entre mecanismos psicológicos e fatores sociais, (Adolescência e crise). De um lado, com efeito, os sentimento de identidade resulta da tendência do sujeito a estabelecer uma continuidade na experiência de si-mesmo. De outro, é claro que o sentimento de identidade tem seu apoio nas identificações aos modelos propostos pelos grupos primários aos quais o sujeito pertence. A identificação é recíproca: a comunidade reconhece o individuo como um de seus membros e o individuo se reconhece nos modelos identificatórios e nos protótipos valorizados pela comunidade. Eles são incarnados pelas personalidades revestidas de

prestígio dados como exemplos ao grupo. Assim, o indivíduo julga a si próprio à luz do que ele descobre ser a maneira que os outros lhe julgam por comparação com eles mesmos, e por intermédio de uma tipologia à seus olhos “significativos”. Neste processo, as comunidades em tanto que grupos primários, desempenham um papel importante: é no seio da família, da cidade, do bairro, do grupo de amigos, da paróquia, etc. que a socialização se opera para a criança.

A psicanálise postula que essas identificações infantis têm uma ação durável sobre a construção da pessoa, na formação do super-eu e no ideal-do-eu. Tanto um como outro procedem da interiorização de normas, de valores e de ideais parentais ou sociais. A propósito do ideal-do-eu, Freud sublinha que “*ao lado individual, este ideal tem seu lado social: é igualmente o ideal comum de uma família, de uma classe, de uma nação*”.

Uma totalidade dinâmica

Esta vertente social da identidade interessou igualmente os antropólogos culturalistas. Abram Kardiner propôs chamar “personalidade de base”, o conjunto estável de traços psicológicos comuns aos membros de uma comunidade, que se supõe- que eles resultam da influência das instituições primárias sobre a criança (saúde, educação, repressão da sexualidade...). Pierre Bourdieu propôs a noção de *habitus* para explicar “*esse sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas funciona à cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações*”; este *habitus* são comuns aos membros de um grupo que tem geralmente o mesmo tipo de experiência.

A psicologia do desenvolvimento e a psicologia social se esforçaram para aprofundar (o conhecimento) este processo de interação entre as dimensões pessoais e sociais da identidade. Pierre Tap propôs a noção de “interestruturação do sujeito e das instituições”; ela explica os mecanismos de identificação e de interiorização de modelos sociais, sublinhando que não se trata de uma impregnação unilateral e mecânica do indivíduo pelo meio. Se há socialização do indivíduo pelo grupo, há também “identificação”, processo pelo qual o sujeito se diferencia, se individualiza e tende a agir por seus próprios projetos, acima de seu meio social.

A identidade social não parece, portanto como um simples reflexo ou a justaposição na consciência do indivíduo de suas pertinências e de seus papéis sociais: é uma totalidade

dinâmica, onde esses diferentes elementos interagem na complementaridade ou pelo conflito. Ela é a resultante de “estratégias identitárias”, pelas quais o sujeito tende a defender sua existência e sua visibilidade social, sua integração na comunidade ao mesmo tempo em que ele se valoriza e procura sua própria coerência.

A personificação do grupo

Então, se a identidade pessoal se apoia sobre a interiorização do social, reciprocamente o social se elabora também pela projeção de atributos de individualidade ao grupo. É corrente, por exemplo, que se personifique a comunidade. Quantas vezes nós escutamos um homem político firmar: “*A França pensa que..., a França ressentente..., a França quer...*”, projetando assim sua opinião sobre a coletividade? Este aspecto estava já consciente em um escritor como Michelet, quando ele afirmava que “*a França é uma pessoa*”. Personificando a comunidade, atribui-se certas propriedades de individualidade humana: unidade, coesão, continuidade no tempo, etc. Assim é corrente pensar que tal ou tal comunidade étnica - Os Bretões por exemplo conservam uma e espécie de essência intemporal (sua “alma”) que lhe deixa parecida através os séculos. Neste caso o Bretão de hoje em dia é certamente mais próximo de seu vizinho Normando do que de seus ancestrais de um século atrás.

Esta personificação do grupo favorece a identificação do indivíduo ao grupo. A participação e a adesão às qualidades, à herança e força política, econômica ou cultural do grupo, satisfazem seu narcisismo, como Freud já havia observado: “*Não somente as classes privilegiadas, aquelas que gozam dos bens desta cultura, mas ainda os oprimidos podem dela participar; o direito de desprezar àqueles que não pertencem à sua cultura indeniza (compensa) dos prejuízos que eles sofrem em seus próprios grupos*”(O futuro de um ilusão).

O mecanismo descrito foi largamente validado pela psicologia social. Ela mostrou que havia uma tendência geral para valorizar o in-group (o grupo de pertinência) e a desvalorizar o out-group (aquele que não se pertence) cada vez que isto seja possível. Esta tendência favorece o “espírito de corpo”(sprit de corps), a adesão à comunidade e constitui então um meio importante de reforçar sua coesão e seu poder (nos constatamos hoje em dia por exemplo, o fato de se desenvolver a “identidade” e a “cultura” da empresa).

A identidade do grupo tem menos o caráter de uma realidade objetiva que de uma representação social construída, sublinhando-se o mito e a ideologia. Representação pela qual uma coletividade figura sua unidade pela diferenciação com os outros. Ela constitui então, uma categoria de identificação, de classificação e de distinção, que se opera pela sua própria existência, como sublinha P. Bourdieu: “*O poder sobre o grupo, quer seja frente à sua existência em tanto que grupo é inseparavelmente um poder de fazer o grupo, impondo-lhe princípios de visão e de divisões comuns, portanto uma visão única de sua unidade e uma visão idêntica de sua unidade*”. Neste sentido existe “*uma luta de classificação*” através da qual as coletividades procuram se fazer reconhecer sua identidade ou a contestar aquelas que lhe atribuem.

Assim a afirmação da identidade é menos a manifestação ou o reflexo da unidade cultural e social de um grupo que um dos meios pelas quais este grupo procura esta unidade. Este mito mobilizador propõe a seus membros a imagem de uma totalidade unificada, bem além das diversidades reais.

A identidade não é mais então o fundamento da unidade de um grupo; ela é também a resultante de processos de identificação e de distinção pelos quais este grupo procura fundar sua coesão e a marcar sua posição com relação a outros grupos.

Semelhança e oposição (relação de alteridade)

Então, toda identidade se constrói e se define com relação a outras identidades. Esta relação é feita, por sua vez, por movimentos de assimilação (pelos quais o sujeito individual ou coletivo, se torna parecido aos outros) e de movimentos de diferenciação (pelos quais ele afirma sua originalidade face aos outros)

Os grupos sociais não existem de maneira isolada; eles mantêm sempre relações com outros grupos. O que vai possibilitar a conscientização de sua especificidade, mas também de trocas, empréstimos e transformações. As identidades coletivas são processos sociais dinâmicos, em contínua evolução, que se constroem por parencas e oposições. Ao lado das diferenças resultantes de um distanciamento, há também as resultantes da proximidade: “*desejo de oposição, de se distinguir, de ser si-mesmo*”(Lévi-Strauss, Race e historia). Georges Devereux propôs chamar “*aculturação antagonista*” o processo pelo qual os grupos que se opõem, podem se influenciar mutuamente. “*As sociedades humanas, escreve ele, são as vezes influenciadas negativamente por seus vizinhos. Elas resistem à*

adoção dos fins do vizinho, seja por isolamento, ou bem pela adoção de meios e de técnicas deste mesmo vizinho, e isto para melhor resistir a adoção de seus fins, seja pela elaboração de costumes deliberadamente diferentes de -ou em oposição com- os do vizinho. Assim então, mesmo que a reação aos meios e aos estrangeiros possa parecer positiva, aos objetivos e aos fins, é frequentemente negativo”(Ethnopsychanalyse complementarise). Assim frequentemente a identidade “*se coloca fazendo oposição*”. A violência acompanha em certos casos a afirmação identitária: bandos de bairros, grupos de torcedores, comunidades étnicas são alguns exemplos.

A oposição inerente à constituição do grupo se exprime pela atribuição ao outro de uma identidade negativa. Com efeito, a identidade não se define somente por um conjunto de traços positivos (aqueles que o grupo propõe como modelos), mas também por traços negativos através dos quais o indivíduo aprende de antemão o que ele devesse evitar. Assim a identidade aparece como um sistema dinâmico, que é o lugar de uma tensão entre traços positivos e traços negativos. Esta polaridade é muitas vezes inscrita nas relações entre identidades grupais. A identidade negativa projetada sobre o outro (o inimigo, os não crentes, o estrangeiro...) permite de purificar, de unir e confortar a comunidade, se livrar assim de elementos recalcados ou julgados ameaçadores para coesão social.

Todos esses mecanismos psicossociais servem então de ligação estreita entre identidade pessoal e identidade coletiva. Eles são comuns à constituição de maior parte dos grupos. Entretanto, eles são talvez, particularmente ativos no caso de comunidades. Estas se propõem hoje em dia ser uma espécie de recurso, face ao enfraquecimento das orientações identitárias mais largas. Como sublinha Jacques Chevallier: *Um movimento geral parece atrair o indivíduo à privilegiar os grupos de pertinência mais próximos em detrimento das solidariedades mais gerais e difusas; enquanto a identidade nacional parece cada vez mais difícil de traçar e que a identidade européia tenha dificuldades à se implantar, as identidades locais conhecem ao contrario uma espetacular renascença”*(A identidade política). Um dos desafios de nossa sociedade contemporânea é certamente favorecer e organizar uma articulação entre o enraizamento nas comunidades onde o indivíduo encontra a satisfação de suas necessidades identitárias e afetivas, e a referência às “associações” mais extensas, de tipo contratual, que respondem à lógica da razão.